



18097694



08011.000046/2017-68



Ministério da Justiça e Segurança Pública
Secretaria-Executiva
Coordenação-Geral de Gestão Estratégica e Inovação Institucional

Memória de Reunião
Comitê de Governança Estratégica - CGE

DATA: 28/04/2022		
LOCAL: Ministério da Justiça e Segurança Pública, Ed. Sede, Sala de Retratos		
PARTICIPANTES	ÓRGÃO	
Marcos Paulo Cardoso Coelho da Silva	GM	
Rômulo Teixeira Cavalcante	GM	
Antônio Ramirez Lorenzo	SE	
Washington Leonardo Guanaes Bonini	SE	
David de Lima Freitas	SPO	
Rogério Xavier Rocha	SAA	
Rodrigo Lange	DTIC	
Cláudio Antônio de Almeida Py	AECI	
Ana Cristina Melo Santiago	SEGEN	
Bruno Andrade Costa	SENAJUS	
Frederico Fernandes Moesch	SENACON	
Giovanni Magliano Jr.	SENAD	
Juruébi de Oliveira Júnior	SENASP	
Alfredo de Souza Lima Coelho Carrijo	SEOPI	
Josélio Azevedo de Sousa	DEPEN	
Márcio Nunes de Oliveira	PF	

Silvinei Vasques	PRF
Paulo Eduardo Silva de Oliveira	CADE
Ricardo Borda D'agua de Almeida Braga	AN
Rodrigo de S. Alves	FUNAI
Felipe Uchoa dos Santos	OUV

PAUTA:

1. Abertura;
2. Considerações iniciais e pauta da reunião;
3. Informe SEA;
4. Monitoramento do Planejamento Estratégico 2020-2023: PRF, SENASP e SEOPI;
5. Informe SPO/SE;
6. Informe SAA/SE; e
7. Encaminhamentos.

DELIBERAÇÕES

1. O Secretário-Executivo, Sr. Antonio Ramirez Lorenzo, abriu a reunião agradecendo a presença de todos os titulares e reforçou que as reuniões do CGE ocorrem toda última quinta-feira do mês, às 10h, e a necessidade de previsibilidade e organização das agendas dos titulares para comparecimento. Passou a palavra para que o Sr. Washington Bonini tratasse dos informes da Secretaria-Executiva Adjunta – SEA.
2. O Secretário-Executivo Adjunto enfatizou que os instrumentos de planejamento “Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação – PDTIC” e “Plano Anual de Contratações – PAC” estão sendo discutidos em reuniões de alinhamento junto às unidades, haja vista a necessidade destes documentos refletirem as reais necessidades e prioridades das unidades. Abordou a importância do envolvimento das unidades no processo de acompanhamento das principais entregas do Ministério. Em seguida, o Sr. Washington Bonini comunicou a implantação de uma sala de apoio no edifício sede para utilização dos dirigentes das unidades que não se encontram sediadas na Esplanada dos Ministérios e que estejam, eventualmente, em trabalho nas dependências do MJSP. Finalizando os informes, o Secretário-Executivo Adjunto explanou sobre as reuniões de alinhamento estratégico que estão sendo realizadas com o objetivo de promover a troca de informações sobre a pauta prioritária das unidades e identificar ações de conhecimento necessário pela SE e pelo Gabinete do Ministro – GM. Após mencionar algumas ações relevantes, informou que as reuniões têm sido positivas. Retornada a palavra ao Sr. Secretário-Executivo, ele lembrou aos gestores a solicitação do GM para que intenções de viagens dos dirigentes sejam comunicadas com antecedência mínima de 5 dias úteis.
3. Dando seguimento à pauta, o monitoramento do Planejamento Estratégico foi iniciado pelo Diretor-Geral da PRF, Sr. Silvinei Vasques, com a apresentação do projeto estratégico concluído “Alerta Brasil 3.0”, que teve o objetivo de implantar o sistema nas Secretarias de Segurança Pública, Municípios e outros órgãos em 12 Unidades da Federação, objetivando reduzir o índice de criminalidade e aumentar a assertividade da fiscalização, visando reduzir a violência no trânsito. O projeto teve início no ano de 2013, com abrangência de 8 estados e 30 faixas de rolamento. Em 2016, o projeto era nomeado como “Alerta Brasil 2.0”, sendo que os 27 estados já eram alcançados com um total de 649 faixas de rolamento, no entanto com uma lógica de funcionamento não integrada. Em 2022, o projeto expandiu para 930 faixas de rolamento sob responsabilidade da PRF, com mais de 15 mil pontos a partir da integração realizada. O sistema

possui foco na qualidade do dado estruturado, de modo a contribuir na elaboração de estratégias e na tomada de decisões, sendo ainda um sistema de captura de placa de veículos, multiagência (com mais de 300 parceiros no Brasil, em especial os Municípios). A execução do projeto gerou como entregas a ampliação dos pontos de passagens de veículos e a integrações com órgãos parceiros, permitindo maior abrangência de atuação do órgão no território nacional. Dentre os resultados e benefícios para a sociedade e governo, podem ser mencionados: i) redução dos índices de criminalidade (roubo e furto de veículos, roubo de carga, contrabando, descaminho, tráfico de entorpecentes, armas e pessoas); ii) aumento significativo das integrações com parceiros; iii) aumento da capacidade de processamento de informações; iv) aumento da assertividade e segurança das abordagens realizadas pelos policiais; v) consciência situacional (estatísticas mais precisas); vi) monitoramento constante (24 horas nos 7 dias da semana); e vii) indicação de possíveis veículos envolvidos em determinados ilícitos, a partir de suas características (parcerias entre a Polícia Federal e a Polícia Civil). Destacou que os pontos fortes do projeto consistem na Integração com novas fontes de informações, nas parcerias estratégicas e na prospecção de novas tecnologias. Com relação ao indicador “Taxa de acidentes graves em rodovias federais”, no qual considera-se acidentes graves aqueles com pelo menos uma vítima morta, ocorridos em rodovias federais brasileiras, com meta prevista de 150,63 para o ano de 2022, apresentou como resultado, até o momento, a taxa de 36,59 acidentes graves. Os estados com maiores índices de acidentes graves estão, predominantemente, localizados nas regiões Sul e Sudeste do país.

4. Na sequência, o Secretário Adjunto da Secretaria Nacional de Segurança Pública – Senasp, Sr. Juruebi Júnior, passou a palavra ao Sr. Tiago Mesquita, que contextualizou o projeto estratégico “Pró-Segurança”, cujo objetivo é estabelecer padrões mínimos de qualidade e de desempenho de equipamentos de segurança pública, de modo a permitir a certificação desses produtos para garantir a segurança, a qualidade e a confiabilidade dos produtos utilizados pelos profissionais da área. A partir da publicação da Portaria nº 104, de 13 de março de 2020, que dispõe sobre o Programa Nacional de Normalização e Certificação de Produtos de Segurança Pública - Pró-Segurança, ficou estabelecido o embasamento técnico-normativo para certificar os produtos de segurança pública no país. Atualmente, o projeto se encontra em situação adiantada, com 64,14% de execução. Referente ao indicador “Quantidade de normas técnicas publicadas de equipamentos de segurança com padrões mínimos de qualidade e desempenho”, com meta de 2 normas técnicas publicadas por ano, até 2023, registrou alcance nos anos de 2020 e 2021, mas ainda sem resultado em 2022. O Sr. Tiago Mesquita esclareceu que o processo construtivo multidisciplinar de uma norma técnica envolve, aproximadamente, 1 ano e meio. As normas técnicas já publicadas dizem respeito a pistolas, armas de incapacitação neuromuscular, coletes de proteção balística e carabinas e fuzis no emprego da segurança pública.
5. Encerrando o monitoramento do planejamento estratégico, o Sr. Alfredo de Souza Carrijo, titular à frente da Secretaria de Operações Integradas – Seopi, solicitou ao Sr. Eduardo Fernandes Gonçalves que procedesse com a exposição sobre o projeto estratégico “Sistema Inteligente de Consciência Situacional”. Atualmente, o projeto está em situação satisfatória, com 35,29% concluído. Informou que duas novas integrações estão relacionadas ao setor agropecuário: o IDAgro, plataforma para registro oficial de tratores e equipamentos agrícolas; e o Sistema Brasileiro de Identificação e Certificação de Bovinos e Bubalinos – SISBOV. Além disso, a Seopi tem atuação em treinamentos nos estados em região de fronteira, de modo a auxiliar na emissão de alertas pelas unidades de inteligência locais. Acerca do indicador “Quantidade de Centros Integrados de Inteligência de Segurança Pública implantados”, sua meta foi alcançada em agosto de 2021, com a implantação de 2 centros regionais, além dos 4 centros anteriores implementados.
6. Em seguida o Secretário-Executivo aproveitou para agradecer a presença do Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE, representado pelo Diretor de Administração e Planejamento, Sr. Paulo Eduardo Silva de Oliveira. Agradeceu ainda o apoio prestado pela entidade na solenidade de condecoração da Ordem do Mérito do Ministério da Justiça, evento

realizado em 25 de março de 2022 em que foram condecoradas pessoas que prestaram notáveis serviços ao MJSP ou aos órgãos a ele vinculados.

7. Dando continuidade à pauta, o Subsecretário de Planejamento e Orçamento, Sr. David Freitas, comunicou sobre a Reunião de Avaliação da Estratégia – RAE de junho, oitavo ciclo de revisão quadrimestral do planejamento estratégico, conforme previsto na Resolução CGE nº 1, de 19 de janeiro de 2018. O início da revisão acontecerá no mês de maio de 2022, a partir do envio de Ofício às unidades, com prazo para retorno até o dia 13 do referido mês, para que haja tempo hábil de análise das informações enviadas, validação pela SE e pelo GM, para posterior deliberação do Comitê. O escopo da revisão envolverá inclusão, exclusão e revisão de indicadores, metas e projetos estratégicos. Com relação à execução orçamentária e financeira, o Sr. David Freitas atualizou aos presentes sobre as despesas empenhadas do MJSP. No intuito de dar *feedback* sobre os informes da Subsecretaria de Planejamento e Orçamento – SPO em reunião anterior, foi esclarecido que: i) a versão final do Relatório de Gestão Integrado - exercício 2021 foi encaminhada por meio de Processo SEI, sem pedidos de alteração/adequação por parte das unidades; ii) foram realizadas as criações de planos orçamentários – PO para a Primeira Infância, com alocação de mais de R\$ 3 milhões de recursos em rubricas das unidades, bem como para Políticas para as Mulheres, com pouco menos de R\$ 4 milhões alocados. O Subsecretário sugeriu ainda a reflexão de unidades que possam criar rubricas específicas das temáticas mencionadas, com o objetivo de atender aos dispositivos legais que determinam o acompanhamento dessas despesas. Tratou sobre a fase qualitativa do Projeto de Lei Orçamentária Anual – PLOA 2023, oportunidade de as unidades adequarem o cadastro de ação de acordo com o planejamento e execução das políticas públicas pretendidos para o exercício seguinte, sendo necessário observar o alinhamento do cadastro com os instrumentos de planejamento e gestão do MJSP (Plano Plurianual – PPA, Carteira de Políticas Públicas, planejamento estratégico). O processo foi iniciado em 11 de abril e tratativas já estão sendo realizadas com os pontos focais das unidades, sendo de grande importância o acompanhamento pelos dirigentes. Por fim, o Sr. David Freitas apresentou um painel gerencial que está em fase de construção visando contemplar os principais indicadores e resultados do MJSP e permitindo assim uma visão do Ministério como um todo. Por fim solicitou envolvimento da alta gestão para que os números que ali passem a constar sejam fidedignos para subsidiar com segurança tomadas de decisão e determinadas demandas, como, por exemplo, relatórios governamentais, prestações de contas, respostas à Presidência da República, dentre outras, e desonerar as unidades.
8. Na sequência, o Subsecretário de Administração, Sr. Rogério Xavier, trouxe informações sobre o Plano de Contratações Anual – PCA 2023, em elaboração, decorrente de exigência estabelecida pelo Decreto nº 10.947, de 25 de janeiro de 2022, e pela Portaria MJSP nº 405, de 20 de novembro de 2020, que institui os mecanismos de governança e determina as diretrizes e procedimentos para o planejamento e o gerenciamento de contratações públicas no âmbito do Ministério. De acordo com o cronograma apresentado, o PCA 2023 encontra-se em fase de aprovação pela Comissão de Planejamento e Gerenciamento de Contratações – CPGC, após validação de cada uma das unidades. O Sr. Rogério Xavier informou que o processo possui ainda suas janelas de revisão, nos meses de setembro e novembro, sendo necessárias interlocuções com as áreas técnicas para aprimorar e aproximar o instrumento às realidades operacional e orçamentária. Embora ainda falem informações no plano em elaboração, observa-se o indicativo de amadurecimento às reais necessidades das unidades, fruto também das orientações da SE ao alinhamento estratégico e envolvimento da alta gestão na definição das prioridades. Por fim, o Subsecretário trouxe como breves avisos: i) convite ao MSJP para participação no IX FOMENTA, evento organizado pelo Sebrae em parceria com o Ministério da Economia, a ocorrer nos dias 14 e 15 de junho de 2022, com o intuito de aproximar os setores público e privado e ampliar a participação de micro e pequenas empresas, de microempreendedores individuais e de agricultores familiares nas compras públicas. O MJSP terá um estande no evento para apresentar o portfólio de compras planejadas. Para tanto, a Subsecretaria de Administração – SAA realizará reunião de articulação com as unidades licitantes interessadas para que os planos de 2022 e de 2023 sejam apresentados na ocasião; ii) lançamento da Trilha de aprendizagem em licitações e contratos do MJSP, em 19 de abril de 2022, a partir da identificação da carência de capacitação

dos servidores que, em algum momento, estejam envolvidos na elaboração de artefatos de processos licitatórios; iii) Campanha de Vacinação 2022, de 26 a 28 de abril de 2022, contemplando servidores, mobilizados, terceirizados e estagiários em exercício no Núcleo Central do MJSP; iv) Portaria SE nº 1.549/2022, que altera a Portaria SE nº 508/2021, atualizando o regime de trabalho no âmbito do MJSP; v) será publicada portaria que estabelece procedimentos e padrões de ocupação dos espaços físicos do MJSP (Núcleo Central) e que preverá fluxo para unidades que estejam em processo de adequação de espaço físico ajustarem suas rotinas de trabalho.

9. Prosseguindo para o final da reunião, o Secretário-Executivo passou alguns encaminhamentos. O fluxo mensal de atualização das informações constantes no planejamento estratégico (monitoramento), realizado por meio de pontos focais previamente indicados pelas Unidades, terá como prazo o dia 10 de maio de 2022. Reiterou o comunicado do Subsecretário de Planejamento e Orçamento acerca da próxima Reunião de Avaliação da Estratégica – RAE, a ocorrer em junho de 2022, com o envio de Ofício em maio de 2022, contendo as orientações. Comunicou que, na próxima reunião do CGE, o monitoramento do Planejamento Estratégico 2020-2023 consistirá em: i) SENAD: Projeto “Plano Nacional de Políticas sobre Drogas – PLANAD” e indicador “Receita da gestão de ativos”; ii) PF: Projeto “Prometheus” e indicador “Quantidade de operações de polícia judiciária deflagradas pela Polícia Federal”; iii) SE: Projeto “Gestão por Competência” e indicador “Percentual de desenvolvimento de competências associadas ao Plano de Desenvolvimento de Pessoas - PDP”. Agradeceu a objetividade e presença de todos, e no aguardo da participação de todos os titulares na próxima reunião do CGE, a ser realizada na última quinta-feira do mês de maio de 2022.



Documento assinado eletronicamente por **RICARDO BORDA D'AGUA DE ALMEIDA BRAGA, Usuário Externo**, em 24/05/2022, às 12:07, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **Giovanni Magliano Júnior, Diretor(a) de Gestão de Ativos**, em 24/05/2022, às 18:07, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **Paulo Eduardo Silva de Oliveira, Usuário Externo**, em 24/05/2022, às 18:48, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **Rodrigo de Sousa Alves, Usuário Externo**, em 25/05/2022, às 11:25, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **Rodrigo Lange, Diretor(a) de Tecnologia da Informação e Comunicação**, em 25/05/2022, às 18:48, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **DAVID DE LIMA FREITAS, Subsecretário(a) de Planejamento e Orçamento**, em 25/05/2022, às 19:42, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

Documento assinado eletronicamente por **MARCOS PAULO CARDOSO COELHO DA SILVA, Chefe de Gabinete do Ministro de Estado da Justiça e Segurança Pública**, em 26/05/2022, às 14:40, com



fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **ROGÉRIO XAVIER ROCHA, Subsecretário(a) de Administração**, em 27/05/2022, às 11:34, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **ALFREDO DE SOUZA LIMA COELHO CARRIJO, Secretário(a) de Operações Integradas**, em 31/05/2022, às 11:06, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **Bruno Andrade Costa, Diretor(a) do Departamento de Promoção de Políticas de Justiça**, em 06/06/2022, às 11:23, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **Claudio Antônio de Almeida Py, Chefe da Assessoria Especial de Controle Interno**, em 13/06/2022, às 15:58, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **JURUÉBI DE OLIVEIRA JÚNIOR, Secretário(a) Adjunto(a) da Secretaria Nacional de Segurança Pública**, em 14/06/2022, às 11:12, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **Márcio Nunes de Oliveira, Usuário Externo**, em 20/06/2022, às 14:00, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **Ana Cristina Melo Santiago, Secretário(a) de Gestão e Ensino em Segurança Pública**, em 20/06/2022, às 15:13, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **WASHINGTON LEONARDO GUANAES BONINI, Secretário(a)-Executivo(a) Adjunto(a)**, em 20/06/2022, às 17:24, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **ANTONIO RAMIREZ LORENZO, Secretário(a)-Executivo(a) do Ministério da Justiça e Segurança Pública**, em 20/06/2022, às 17:44, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.autentica.mj.gov.br> informando o código verificador **18097694** e o código CRC **F9D15FB9**

O trâmite deste documento pode ser acompanhado pelo site <http://www.justica.gov.br/acao-a-sistemas/protocolo> e tem validade de prova de registro de protocolo no Ministério da Justiça e Segurança Pública.